
A construção dos estudos culturais feministas britânicos: A perspectiva do feminismo para a comunicação¹

Laila Caroline Silva de Melo DOURADO²
Universidade de Brasília, Brasília, DF

RESUMO

O artigo parte do princípio crítico de que, como a crítica feminista tem denunciado, a ciência tem sido um domínio de poder reservado ao homem. Por isso, assume-se a perspectiva de intervenção histórica à prática acadêmica, em uma defesa de que posicionamentos teórico-metodológicos também são político ideológicos. Neste sentido, o artigo realiza um primeiro olhar da autora para a construção dos estudos culturais feministas britânicos a partir da década de 1970. Estudos esses que colaboraram para a construção dos estudos de mídia com interseção feminista. Para tanto, alio teorias feministas e de gênero, aos estudos culturais e estudos culturais feministas.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias Feministas e de gênero, Estudos Culturais, Ciência.

1 Introdução

Para Michel Foucault o discurso científico porta uma vontade de verdade, e esse desejo apresenta-se como um procedimento de exclusão dos demais discursos. “Ela é reconduzida, mais profundamente, sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2013, p 17). Ao julgar que a ciência como portadora de discursos de verdade, é necessário salientar, como ressalta Morin (1997), que ela é inseparável de seu contexto histórico e social. Desse modo, devemos apreender o saber científico como um construto que é fruto da inserção histórica de seus autores. Se consideramos que ciência é feita por indivíduos com interesses específicos, atravessados por várias marcas sociais e, não por seres movidos pela objetividade, neutralidade e imparcialidade, é importante observarmos como os gênero, por exemplo, impacta a produção científica.

Segundo Lourdes Bandeira (2008), a ciência constrói-se como um domínio “reservado ao homem”, na qual a ausência das mulheres e o silêncio em torno da presença delas na história e, na história das ciências revelam a associação hegemônica

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília (PPGCOM-FAC/UNB), e-mail: lailamelo2012@gmail.com.

entre masculinidade e pensamento científico. Neste mesmo sentido, Martha Giudice Narvaz e Sílvia Helena Koller discutem as razões para tal esquecimento.

Quer na pesquisa, quer na academia [...], estes aspectos têm sido comumente negligenciados ou mesmo recusados, sob a também ideológica pretensão de neutralidade e objetividade. Tal recusa pode ser compreendida como uma estratégia das elites brancas masculinas e burguesas (que geralmente detêm a hegemonia dos espaços de poder-saber), ao tentarem evitar a responsabilidade sobre as motivações e sobre as conseqüências dos saberes produzidos (NARVAZ; KOLLER, 2006, p 648).

Bandeira (2008) parte da tese de Kuhn de que ocorrem momentos de ruptura ou de mudança de paradigmas os quais possibilitam alterar os modos de pensar, as estratégias de racionalidade como também de incorporação de outros atores sociais e novas dimensões como as relações de poder/saber. Com a perspectiva de mudar este saber/poder masculino, na década de 1960, as feministas buscaram legitimidade acadêmica. No mesmo período, em Birmingham, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (*Center for Contemporary Cultural Studies - CCCS*) foi fundado, vinculado a um “projeto político de transformação social em que a localização de formas de dominação e resistência ajudariam o processo de luta política” (KELLNER, 2001, p 48). Em Birmingham, as duas áreas se encontraram e surgiu um saber científico voltado aos estudos culturais e as teorias feministas, movimento previsível dada às similitudes das duas áreas. Ambos nasceram fora dos contextos sociais, educacionais e políticos e tiveram dificuldade para serem aceitas no meio acadêmico. Além disso, dedicavam-se a grupos oprimidos e marginalizados e foram alvos de críticas ao declarar não existir conceitos e teorias que dessem conta de seus objetos (MESSA, 2008).

Um dos principais nomes do CCCS, Stuart Hall (2003) apontou que os feminismos chegaram como uma “irrupção” que revolucionou os estudos culturais britânicos. Porém, para Charlotte Brunsdon, uma das várias críticas a essa visão paternalista de Hall a respeito dos estudos feministas no Centro, é necessário fazer uma trajetória dos “trabalhos produzidos a partir de 1974, demonstrando assim a existência deste nicho de interesses dentro do Centro” (ESCOSTEGUY 1998a, p 03).

Parto da perspectiva de que os estudos de comunicação e gênero ainda são pouco explorados no Brasil (ESCOSTEGUY; MESSA, 2018), porém compreendo a importância deles para a pesquisa de mídia com intersecção com gênero. “Se hoje a pesquisa feminista de mídia encontra-se em franca expansão, é devido à disseminação e

circulação de trabalhos pioneiros cujo esforço de pesquisa trouxe contribuições ímpares à comunicação” (MESSA, 2008, p 38). Assumo ainda a proposta de Ana Carolina Ecosteguy que os nomeia como estudos culturais feministas. Alego que como pesquisadora em comunicação e feminista, aproximar esses dois campos é algo ímpar para minhas³ práticas acadêmicas. Por isso, neste artigo apresento uma proposta incipiente a respeito da minha aproximação com os estudos culturais britânicos, área essa que, apesar de não ser o meu foco de estudos primordial, neste momento acadêmico, me desperta para produções acadêmicas que tenho realizado paralelamente ao meu trabalho de mestrado. Por isso, acredito ser necessário fazer uma primeira leitura de aproximação desses estudos com estudos culturais feministas do CCCS. Minha proposta é vislumbrar a construção dos estudos culturais feministas britânicos que podem ser utilizados em minhas pesquisas de comunicação.

Para tanto, divido o artigo em três sessões. A primeira faz uma retomada de como os estudos culturais do CCCS nasceram bem como quais suas principais pautas. A segunda apresenta um apanhado de como os movimentos feministas estruturam-se teoricamente no meio acadêmico. Por fim, trago uma síntese histórica de como as teorias feministas reivindicaram espaço de poder/saber científico em Birmingham e assim integram os estudos culturais feministas. Antemão, ressalto o caráter inicial dessa proposta que objetivo aprofundar em outro momento.

2 Estudos Culturais

Na Inglaterra, a alteração dos valores tradicionais da classe operária impulsionou a implantação, por Richard Hoggart, em 1964, de um local de pesquisa de pós-graduação, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, ligado à Universidade de Birmingham. O Centro propõe-se a estudar a relação entre sociedade e mudanças sociais, examinando formas, atividades práticas, instituições culturais e suas relações

³ Considero válido abordar o Morin (1997) quem afirma que o progresso do conhecimento científico exige que o observador se inclua em sua observação. Assim, é necessário que o sujeito se “reintroduza de forma autocrítica e auto-reflexiva em seu conhecimento dos objetos” (MORIN, 1997, pp 29-30). Por este ângulo, defendo que meus posicionamentos teórico-metodológicos são político-ideológicos e, por isso, é necessário que sejam assumidos em práticas acadêmicas. Por estes motivos, me localizo como pesquisadora inserida em um contexto sócio-cultural e, dessa forma, reafirmo minha subjetividade na realização da pesquisa. Compreendo que ao reconhecer minhas limitações realizo um distanciamento positivo, mas não neutro, da pesquisa. Entendo, ainda que, a Comunicação precisa de profissionais que façam construções críticas a respeito de suas práticas acadêmicas, e também em seus textos profissionais. Como observa Foucault (1999), o detentor do discurso tem poder, e, por isso, afirmo a necessidade de questionar certezas científicas, como a imparcialidade e a neutralidade.

com a sociedade e a transformação da cultura (TEMER; NERY, 2004). Para Luís Mauro Sá Martino (2013), há a concepção da cultura como prática dotada de sentidos. “Trata-se de mostrar um público ativo, imerso em um conjunto de práticas e consumo cultural influenciado pelas condições econômicas e sociais” (MARTINO, 2013, p 250).

Neste mesmo sentido, Douglas Kellner (2001) afirma que os estudos culturais britânicos localizam a cultura como uma teoria da produção e reprodução social, eles especificam as maneiras como as formas culturais servem para ampliar a dominação social ou possibilitar a resistência e o embate contra a dominação. A mídia é compreendida como produtora-reprodutora da cultura e também como espaço de luta simbólica, neste sentido, a recepção torna-se uma prática ativa dentro desses processos.

A sociedade é concebida como um conjunto hierárquico e antagonista de relações sociais caracterizadas pela opressão de classes, sexos, raças, etnias e estratos nacionais subalternos. Baseando-se no modelo gramsciano de hegemonia e contra-hegemonia, os estudos culturais analisam as formas sociais e culturais “hegemônicas” de dominação, e procura forças “contra-hegemônicas” de resistência e luta (KELLNER, 2001, pp 47-78).

A expressão “estudos culturais” descreve, assim, um grupo de pesquisadores reunidos nos CCCS, mas também “idéias e metodologias no estudo e na compreensão de estudos culturais” (MARTINO, 2013, p 244). Porém, apesar de ser uma invenção britânica, em sua forma contemporânea, transformaram-se em um fenômeno internacional (ESCOSTEGUY, 1998a).

2.1 Fundadores

Três textos do final dos anos 1950 estabeleceram as bases dos estudos culturais britânicos. O primeiro é de Richard Hoggart, *The uses of literacy* (1957), autobiográfico e histórico cultural, é considerado um dos fundadores dos estudos de recepção. Segundo Martino (2013), Hoggart buscava compreender como os indivíduos utilizavam as informações “da mídia na vida cotidiana, partindo do princípio que a capacidade de leitura – *literacy* [grifo do autor] – é a possibilidade das pessoas relacionarem o que leem ou veem com sua vida cotidiana” (MARTINO, 2013, p 246).

O segundo texto fundador do CCCS é de Raymond Williams, *Culture and society* (1958), no qual ele constrói um histórico do conceito de cultura, que resultará na idéia de que a “cultura comum ou ordinária” pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência (ESCOSTEGUY, 1998a). O objetivo foi mostrar:

[...] como o conceito de ‘cultura’ perdeu o sentido de ‘cultivo’, no século 19, para (a) designar o estado geral ou hábito da mente; (b) o estado de desenvolvimento intelectual de uma sociedade, pensada como um todo; (c) o conjunto das artes e (d) um modo de vida intelectual (MARTINO, 2013, p 246).

O terceiro texto fundador é de E. P. Thompson, *The making of the english working-class* (1963), que reconstrói parte da história da sociedade inglesa. Para ele “a cultura [grifo do autor] não era apenas arte, algo para ser admirado ou que se vê nos momentos de folga, mas todas as práticas que davam identidade para um grupo” (grifo do autor) (MARTINO, 2013, p 247).

Richard Hoggart foi o primeiro diretor do Centro. Stuart Hall assumiu o cargo, em 1968, e permaneceu nele até 1979. Em 1972, foi criado o órgão de divulgação do Centro, a revista *Working Papers in Cultural Studies (WPCS)* (MATTELART; MATTELART, 2014). É durante o período de Hall na direção, que o centro conheceu seu auge (MATTELART; MATTELART, 2014).

2.2 Discussões

O período de formação do CCCS presenciou o nascimento e consolidação da TV como força cultural nunca antes vista. A chamada “cultura de massa” estendia-se pela sociedade, ocupava lugares tradicionais, desafiava a separação entre “alta cultura” e “cultura popular” (MARTINO, 2013). Assim, inicialmente, a preocupação era voltada aos produtos da cultura popular e dos *mass media*. Os pesquisadores tentaram redescobrir outras tradições teóricas sociológicas (ESCOSTEGUY, 1998).

Os Estudos Culturais aproveitaram idéias de Marx, lido pelo viés cultural de Gramsci, Althusser e Lukács, temperados com pitadas de Estruturalismo francês – sobretudo da crítica de Roland Barthes, rigorosa para desvendar os textos da cultura sem reduzir tudo à noção de ‘ideologia’ – e agregando pensadores da Pós-modernidade como Foucault, Derrida, além da semiótica de Saussure e Pierce (MARTINO, 2013, p 245).

Os Estudos Culturais elegeram como objetos de estudos temas negligenciados pelas práticas acadêmicas, da cultura popular à cultura de massa (MARTINO, 2013, p 215). Porém, eles não configuram como uma disciplina, mas em uma área onde diferentes disciplinas interatuam, a qual visa o estudo de aspectos culturais da sociedade. “É um campo de estudos onde diversas disciplinas se interseccionam no estudo de aspectos culturais da sociedade contemporânea” (ESCOSTEGUY, 1998a, p

88). Além da interdisciplinaridade, o caráter teórico-político também é algo a ser ressaltado.

Do ponto vista político, é sinônimo de “correção política”, podendo ser identificado como a política cultural dos vários movimentos sociais da época de seu surgimento. Da perspectiva teórica, resultam da insatisfação com os limites de algumas disciplinas, propondo, então, a interdisciplinaridade. (ESCOSTEGUY, 1998, pp 87-88)

A interdisciplinaridade pode ser encarada como um ponto de conflito dentro do CCCS. Para Stuart Hall, o trabalho teórico “era mais apropriadamente chamado de ‘ruído teórico’, sendo acompanhado por uma quantidade razoável de sentimentos negativos, discussões, ansiedades instáveis, e silêncios irados. (HALL, 2003, p 200)”. Porém, a dinâmica de trabalhos dos Estudos Culturais não se resume à incorporação de novas teorias em um “balaio de gatos” (MARTINO, 2013). Segundo Martino, todas as “novas contribuições gravitam em torno de um eixo central, a preocupação com o uso da cultura pelo povo – categoria difícil de definir e que engloba tanto a cultura popular quanto a chamada ‘cultura de massa’” (MARTINO, 2013, p 249).

A originalidade do Centro e da problemática dos Estudos Culturais consistiu em reunir grupos de trabalho em torno de diferentes áreas de pesquisa (etnográfica, estudos de mídia, teorias da linguagem e subjetividade, literatura e sociedade) e “vincular seus trabalhos as questões suscitadas por movimentos sociais, em especial o feminismo” (MATTELART; MATTELART, 2014, p 108).

No final dos anos 1960, a temática da recepção e a densidade dos consumos midiáticos chamaram a atenção dos pesquisadores de Birmingham. A reflexão acentuou-se a partir da divulgação do texto de Stuart Hall, *Encoding and decoding in television discourse* (1973). Nele, Hall argumenta que podem ser identificadas três posições hipotéticas de interpretação da mensagem televisiva: “dominante” ou “preferencial”; “negociada”; e de “oposição”. É com estas preocupações em relação às recepções, que durante os anos de 1970, os Estudos Culturais de Birmingham foram irrompidos pelas teorias feministas.

3 Feminismo acadêmico

Como destaca a teórica feminista Tânia Navarro-Swain (2007), no Ocidente, um amplo discurso social que interliga filosofia, teologia, medicina, direito, educação, senso comum, tradições orais e escritas tem elaborado imagens e representações

negativas das mulheres. Essa rede discursiva, segundo Navarro-Swain (2007), também cria a imagem de uma “verdadeira mulher” e um “verdadeiro homem”. Em contraposição a essa rede discursiva surgem os feminismos⁴. Martha Giudice Narvaz e Sílvia Helena Koller conceituam o feminismo como uma “filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p 648). Compreendo assim, que o feminismo é um campo político, mas também teórico-epistemológico. Neste sentido, considero válido ressaltar a perspectiva de Navarro-Swain quem ressalta que é devido à pluralidade e ao dinamismo, o feminismo consegue penetrar nas redes discursivas e desafiar:

[...] os regimes de verdade que instituem o mundo e suas significações tais como o corpo biológico (natural) e o papel social (cultural); suas análises ressaltaram os processos e mecanismos que transformam os corpos em feminino e masculino, interpelados pelas práticas de dominação, de assujeitamento ou de resistência. Os feminismos, estas poderosas correntes de contra-imaginário, interrogam assim o social e suas instituições, iluminando a incontornável historicidade das relações humanas e dos sistemas de apreensão do mundo (NAVARRO-SWAIN, 2007, pp. 212-213).

É em meio à efervescência das reivindicações do maio de 1968, que os feminismos voltam-se para as construções teóricas. Militantes do mundo acadêmico levaram para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam. Surgem, assim, os estudos da mulher como destaca Guacira Lopes Louro.

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 1997, p. 17).

Parte da crítica feminista apoiou-se, conceitualmente, em filósofos e filósofas pós-estruturalistas como: Michel Foucault, Gilles Deleuze, Roland Barthes, Derrida e Julia Kristeva. Como destaca Bandeira (2008), eles e elas intensificaram a discussão sobre a crise e o descentramento da noção de sujeito, introduzindo as idéias de marginalidade, alteridade e diferença como temas centrais do debate acadêmico.

⁴ Minha intenção não é datar o surgimento do feminismo. Reconheço que existem correntes que afirmam que ele já existe desde a Grécia antiga. Outras, datam o nascimento com a Revolução Francesa. É mais comum, entretanto, encontrarmos a historização dele no final do século XIX. Contudo, por uma questão de espaço físico, opto para discutir essa historização em outra oportunidade. Porém, considero necessário reforçar que, neste item, minha proposta é trazer a entrada do feminismo para o mundo acadêmico que ocorreu na década de 1970. Algumas teóricas nomeiam esse período como a segunda onda do feminismo.

Conjugados com a crítica feminista, esses temas serviram como um suporte teórico à mudança social que a crítica feminista produziu e que forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver as coisas comuns e abrir novos espaços cognitivos. Portanto, o pensamento feminista introduziu novos sujeitos, como atores e novos sujeitos como objetos de pesquisa na teoria social, assim como as contribuições trazidas ao campo disciplinar da biologia, as quais afetaram as agendas de pesquisa (BANDEIRA, 2008, p 219).

Na construção da crítica feminista acadêmica, várias perspectivas analíticas surgiram, como as de origem marxista e psicanalítica. Contudo, como destaca Louro (1997), mesmo com diferenças, havia um ponto em comum: o refutar a ideia de que a diferença genital entre homens e mulheres justifica a opressão delas. “Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — *e justificar* — a desigualdade social” (LOURO, 2007, p 21). Neste sentido, as teóricas feministas compreendem a necessidade de elaborar uma contraposição à naturalização das desigualdades entre os sexos. É nesse contexto que a crítica feminista observou a necessidade de construir uma nova linguagem, na qual o conceito de gênero tornou-se fundamental, o qual é entendido como ferramenta analítica, mas também como uma ferramenta política.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 2017, p 21).

Uma dessas exposições é feita pela historiadora norte-americana Joan Scott (1989), quem define gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos e como uma primeira forma de significar as relações de poder. Para ela, o gênero é composto por quatro elementos que funcionam de maneira articulada, mas não obrigatoriamente ao mesmo tempo; símbolos sociais, conceitos normativos, instituições e organizações sociais e a identidade subjetiva de cada sujeito. Ainda conforme Joan Scott (1989), a articulação desses elementos comporá papéis, crenças, valores e relações de poder. Assim, a definição de sexo não se aplica ao gênero, pois, o primeiro diz respeito a características biológicas, já o segundo, pressupõe uma relação entre sexos, comportamento e sociedade.

A conceituação de gênero, dessa forma, pretende recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as desigualdades entre os sujeitos. Dessa forma, de acordo com Louro, as justificativas para as desigualdades precisariam

ser buscadas não “nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 2017, p 22). Por ser um conceito que trata do campo social, o gênero faz um apelo ao relacional, o foco não são, assim, só as mulheres, mas também os homens. Contudo, é necessário afirmar que esse debate é anglo-saxão e, dessa forma, “o termo não poderia ser simplesmente transposto para outros contextos sem que sofresse, também nesses novos espaços, um processo de disputa, de ressignificação e de apropriação” (LOURO, 2017, p 23). As feministas brasileiras só adotaram o termo na década de 1980.

Em contraposição à óptica do binarismo do gênero, Judith Butler (2017) apresenta uma investigação acerca do que é a essência (a metafísica da substância) do gênero. O que é ser uma mulher? O que é ser um homem? Esta categorização binária é suficiente à identidade de gênero? Para Butler (2017), a investigação da questão de gênero é ontológica e, por isso que diz-se “identidade de gênero”, visto que ele é um conceito regido pelo princípio lógico da identidade. Contudo, segundo Butler (2017), o gênero não é uma categoria verificável em termos ontológicos. Em razão de que,

[...] o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero (BUTLER, 2017, p. 56).

Com esta perspectiva analítica, compreendo assim, que o gênero é um dos eixos centrais de organização das nossas experiências no mundo social. O que busco ressaltar, dessa forma, é o gênero como constituinte das identidades dos sujeitos. Compreendo que os sujeitos são constituídos de identidades múltiplas, mutáveis, que podem, até serem contraditórias. Quando afirmo que gênero compõe a identidade do sujeito e da sujeita (tais como raça e classe, por exemplo), “pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo” (LOURO, 1997, p 25).

Mas, por que adotar uma perspectiva feminista para a ciência é tão importante? Compartilho a defesa de Sandra Harding (2002) de que investigação feminista traz para a ciência novos recursos empíricos e teóricos e, neste sentido, assim como a autora, entendo que o feminismo é um movimento político para a mudança social. Porém,

Harding questiona a forma que ele poderia possibilitar maior objetividade da investigação uma indagação tão politizada. “Sobre que fundamento poderiam justificar-se tais afirmações feministas?” (HARDING, 1996, p. 23). De acordo com ela, o empirismo feminista poderia colaborar com a correção do sexismo e androcentrismo; o ponto de vista feminista: traria outras perspectivas como fundamentos para interpretações e diversidade experiência social, por exemplo (HARDING, 1996). Por isso, o que proponho a seguir é um olhar para a construção dos estudos culturais feministas britânicos.

4 Estudos Culturais e as teorias feministas

Stuart Hall afirma que os estudos culturais foram, incontáveis vezes, irrompidos por “verdadeiras rupturas, de forças exteriores, como se tratasse da interrupção por novas idéias que descentraram o que parecia ser uma prática acumulada de trabalho” (HALL, 2003, p. 208). Uma delas foi a do feminismo, a qual Hall (2003) denomina como “arrombamento”. “Uso a metáfora deliberadamente; chegou como um ladrão a noite, invadiu; irrompeu, fez um barulho inconveniente, aproveitou o momento, cagou na mesa dos estudos culturais” (HALL, 2003, p. 209). Ele também afirma que a intervenção do feminismo foi específica e decisiva para os estudos culturais. “Introduziu uma ruptura. Reorganizou o campo de maneiras bastante concretas” (HALL, 2003, p. 208). O ex-diretor do Centro elenca cinco proposições apresentadas pelo feminismo que modificaram os estudos culturais; o pessoal como político, e suas conseqüências para a mudança do objeto dos estudos culturais; a expansão da noção de poder; o olhar para as questões de gênero e sexualidade para a compreensão do poder; abertura para os estudos do subjetivo e do sujeito; a reabertura para a teoria social e a psicanálise (HALL, 2003).

Porém, apesar de reconhecer a importância do feminismo para o CCCS, ele tem uma visão paternalista dessa ruptura, como se eles, os homens que ali estavam, tivessem permitido essa irrupção, esse movimento fica claro na citação que segue. “Abrimos a porta aos estudos feministas, como bons homens transformados (HALL, 2003, p. 9).

Neste sentido, apesar da defesa de Hall de que o Centro teria abraçado as proposições feministas, nem tudo era o que parecia. Para algumas autoras, como Ann Gray, o potencial dos estudos apresentados por elas foi subestimado e não valorizado, e além disso, elas tiveram que trabalhar muito e insistir por discussões como da esfera política e doméstica (MESSA, 2008), por exemplo, reconhecidas como debates importantes para

o Centro, segundo Hall (2003). Outra autora que tece críticas a essa perspectiva paternalista de Hall é Sue Thornham, quem realça que esse posicionamento dele de “intervenção” é uma forma autoritária de falar do feminismo em Birmingham (MESSA, 2008). Apesar dessa controvérsia dentro dos estudos culturais britânicos é válido ressaltar que, na década de 1970:

[Segundo Gray] os estudos de mídia feministas não eram uma prática comum na década de 70 e, quando apareciam, tendiam a trazer uma abordagem marginal ou trivial a respeito desta. [...] [É] somente a partir da metade daquela década que os estudos de mídia e a cultura popular tomam força e alcançam certo reconhecimento (BRUNSDON, 2000). E, vale dizer, os Estudos Culturais tiveram grande responsabilidade nisto (MESSA, 2008, p. 41).

Considero Neste sentido, resgato a defesa de Márcia Rejane Messa (2008) de que se “hoje a pesquisa feminista de mídia encontra-se em franca expansão, é devido à disseminação e circulação de trabalhos pioneiros cujo esforço de pesquisa trouxe contribuições ímpares à comunicação” (MESSA, 2008, p 38). Compreendo que, ao me aproximar desses estudos, é necessário que também reconheça a trajetória das feministas nele, bem como as pautas que são abordadas nos estudos culturais feministas.

4.1 A construção dos estudos culturais feministas

Em 1974, foi criado o Grupo Estudos de Mulheres (Women’s Studies Group). Nele, Helen Butcher, Ros Coward, Marcella Evaristi, Jenny Garber, Rachel Harrison e Janice Winhip elaboram uma das produções embrionárias dos estudos culturais ligadas às teorias feministas, *Images of Women in the Media* (1974) (ESCOSTEGUY, 2018).

De modo geral, [o texto] assume um eixo de investigação que perdura até os dias de hoje. Focado em identificar papéis de gênero, apresenta uma análise da mulher em distintas áreas da mídia: na publicidade, nas notícias, nas revistas femininas, em filmes, em fotografias de nus, estampadas, principalmente, em publicações populares, por exemplo, no *The Sun*, em *cartoons* e na ficção. Essas análises privilegiam o modo pelo qual os discursos dominantes da mídia reforçam e reproduzem papéis tradicionais de gênero e uma visão machista da sociedade (ESCOSTEGUY, 2018, pp 04-05).

No ano de 1975, outro núcleo de Birmingham, Grupo Subculturas (Subcultures Group), publicou a outra obra, de *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain* (*Working papers in cultural studies*, n 7/8, de 1975), que trata do encontro teórico entre Estudos Culturais e Teorias Feministas, *Girls and subculture: an exploration* (*Las chicas y las subculturas: una investigación exploratoria*) e *A note on*

marginality (Una nota sobre la marginalidad). Texto de Angela McRobbie e Jenny Garber composto por dois capítulos os quais tinham como tema a cultura juvenil feminina (ESCOSTEGUY, 2018).

Em 1978, foi elaborado o primeiro livro centrado nos estudos de mulheres do CCCS, *Women take issue: Aspects of Women's Subordination* (1978) (ESCOSTEGUY, 2018, 1998a, 1998b; MESSA, 2008). Ele é considerado o “marco que assenta o compromisso com o movimento de mulheres da época e sua respectiva produção intelectual, viabilizando a formação de estudos culturais feministas”. (ESCOSTEGUY, 2018, p 10). A coletânea contou com nove mulheres e dois homens em um conjunto de nove capítulos. O primeiro capítulo do livro, *Women's Studies Group: Trying to do feminist intellectual work* relata a história do Grupo Estudos de Mulheres, demonstra que o trabalho estava situado no campo político e apresentava suas motivações, cisões e embates entre uma prática política e intelectual (ESCOSTEGUY, 2018). Contudo,

[...] nas condições teórico-políticas daquele momento (1977-1978) e com muita dificuldade para acordar uma posição dentro do Grupo, venceu a necessidade de realizar investigações concretas e historicamente específicas a partir de uma perspectiva feminista o que implicava que suas preocupações ficassem delimitadas ao campo particular das questões de gênero. Essa opção, por sua vez, fez brotar uma divisão dentro do próprio grupo, dificultando a construção de uma conclusão para a coletânea. Apesar disso, o mais importante, na época, foi demarcar uma área de atuação com especificidade dentro do campo acadêmico, servindo para delinear novos e diversos objetos de estudo (ESCOSTEGUY, 2018, p 07).

A coletânea, *Women take issue: Aspects of Women's Subordination* (1978), traz em seus capítulos outras temáticas que marcaram a agenda dos estudos culturais feministas. Em *It is well known that by nature women are inclined to be rather personal*, Charlotte Brunsdon abordou a dicotomia entre o pessoal e o político (ESCOSTEGUY, 2018, 1998a, 1998b, MESSA, 2008). Já em *Working class girls and the culture of femininity*, Angela McRobbie retratou as experiências vividas de meninas da classe trabalhadora à suas respectivas posições materiais (ESCOSTEGUY, 2018). Segundo Escosteguy (2018), mesmo com a variedade de perspectivas apresentadas nesta obra aglutinadora, é identificada uma convergência teórica que se situa entre articulações de marxismo e feminismo. Como consequência, as autoras buscavam conta articulações entre sexo, gênero e classe, “enfocando tanto a subordinação das mulheres quanto a de classe o que subsidiará a formação de um feminismo materialista marxista histórico” (ESCOSTEGUY, 2018, pp 08-09).

Na década de 1980, uma nova etapa foi instaurada no CCCS, “mediante a fratura daquele discurso de irmandade em torno das mulheres, vigente na década anterior” (ESCOSTEGUY, 2018, p 09). Em *Feminism for girls: An adventure story* (1981), elaborado por McRobbie e McCabe, a categoria universalizante “mulher” é questionada, quando as autoras utilizam o termo “meninas” (ESCOSTEGUY, 2018, 1998a, MESSA, 2008). A partir desse momento, a diversidade de marcas sociais que afetam as mulheres passou a tomar conta dos estudos culturais com perspectiva de gênero. São identificadas duas frentes teóricas: uma que centra-se na prática da leitura e outra, na da escrita (ESCOSTEGUY, 2018). As duas preocupavam-se em apontar como as mudanças discursivas são produzidas e as práticas de leitura e escrita contribuiriam para a construção de uma posição de fala e assim podem agir como empoderadoras, (ESCOSTEGUY, 2018).

Nestas duas vertentes, observa-se a existência de uma afinidade em torno da etnografia e, inclusive, da autobiografia. [...] Essa via, estaria em evidência a dimensão subjetiva das experiências das mulheres, enfatizando as condições do cotidiano e do espaço doméstico na reprodução das relações de poder. [...] Esse tipo de ênfase teórico-metodológica vai compor a tônica dos estudos de recepção e de audiência em relação aos produtos da cultura popular, sobressaindo-se a partir de meados dos 1980 (ESCOSTEGUY, 2018, p 10).

Em 1991, a antologia *Off-Centre: Feminism and Cultural Studies*, organizada por Sarah Franklin, Celia Lury e Jackie Stacey, do Women Thesis Writer’s Group do CCCS foi publicada. Ela registra a continuidade da trajetória de pesquisa feita em *Women take issue* (1978) e, faz um balanço dos dez anos de sua publicação. Nela, as autoras trazem também as afinidades entre estudos culturais e feminismo (ESCOSTEGUY, 2018). Os dois objetivam conectar-se com a vida social e política do mundo acadêmico; distanciam-se das disciplinas estabelecidas e consagradas, abrem-se à interdisciplinaridade; experimentam novas práticas acadêmicas, como o trabalho coletivo; e conectam vida pessoal e questões teóricas, com indicação da construção de uma epistemologia feminista (ESCOSTEGUY, 2018). A coletânea traz ainda uma leitura das mudanças de objetos de estudo e interesse desses estudos ao longo dos anos.

Em relação aos interesses e objetos de estudo, notam que estes foram se transformando: de uma preocupação mais centrada em questões de ideologia e, mais tarde, hegemonia, passou-se para a atenção à problemática da(s) identidade(s) e da subjetividade, em decorrência da influência do pós-estruturalismo e da psicanálise (ESCOSTEGUY, 2018, p 10).

O livro ainda apontava duas frentes que demarcariam o futuro da relação entre feminismo e estudos culturais: protagonizada pelo feminismo negro; centrada em questionamentos epistemológicos, fundados no tripé ciência, tecnologia e corpo (ESCOSTEGUY, 2018). “Duas frentes que estão em plena vigência no âmbito dos estudos culturais feministas” (ESCOSTEGUY, 2018, p 12).

O resgate temporal apresentado aponta o início, nem sempre pacífico, da relação entre feminismo e estudos culturais britânicos. Porém, ao mesmo tempo, serve para pensar que “há um paralelismo entre ambos os campos, na medida em que reivindicam uma abertura teórica e, simultaneamente, a necessidade de demarcar respectivamente suas especificidades” (ESCOSTEGUY, 2018, p 13). Por esta lógica, adoto o que a professora Ana Carolina Escosteguy que assumir o “desafio de nomear essa prática teórica e política de análise cultural como estudos culturais feministas” (ESCOSTEGUY, 2018, p. 14). Assim como ela, compreendo os estudos culturais feministas apontam para uma relação acadêmica e de ativismo, “desembocando numa forte preocupação com o lugar de fala das investigadoras” (ESCOSTEGUY, 2018, p 14) e por isso, o adoto em minhas práticas acadêmicas.

Considerações Finais

Ao considerar a importância da prática acadêmica feminista opor-se a eixos hegemônicos e conceituais da ciência que tendem a serem reservados a perspectiva masculina, enquanto pesquisadora em Comunicação e feminista, reconheço que os estudos que fazem esse imbricamento, no Brasil, ainda são poucos. Neste sentido, minha proposta para este artigo foi realizar um primeiro contato com a construção dos estudos culturais feministas, em Birmingham, para assim, trazê-los para as minhas práticas acadêmicas.

É importante reconhecer, nesse sentido, que não busquei esgotar a temática, pelo contrário. É necessário ressaltar que, apesar de compreender que é válida, compreendo que essa aproximação que realizo ainda é incipiente. Vale ressaltar que o aspecto da produção das autoras foi pouco destacado, por se tratar de um trabalho preambular. Considero assim, que neste primeiro momento, era preciso vislumbrar quais pautas que tem realce na formação desses estudos culturais feministas britânicos e os conflitos que estabelecidos para a construção desses estudos no CCCS, para que, posteriormente, venha a realizar o aprofundamento desse trabalho.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan./abr. 2008.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.
- ESCOSTEGUY, A. C. A contribuição do olhar feminista. **Revista In Texto**, 1998a, pp. 1-11.
- ESCOSTEGUY, A. C. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista FAMECOS**. nº 9. Porto Alegre, 1998b.
- ESCOSTEGUY, A. C. Estudos Culturais e Feminismo ou Estudos Culturais Feministas? **XXVII Encontro Anual da Compós**. Belo Horizonte, 2018.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- HALL, S. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003, p. 199-218.
- HARDING, S. **Ciência y feminismo**. Madrid: Morata, 1996.
- HARDING, S. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli. **Debates en torno a una metodología feminista**. 2. ed. México: Universidad Autonomia Metropolitana, 2002.
- KELLNER, D. **A cultura da mídia – Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MARTINO, L. M. S. **Teorias da comunicação: idéias, conceitos e métodos**. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MATTELART, A; MATTELART, Michele. **História das Teorias da Comunicação** 16ª Ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- MESSA, M. R. Estudos Culturais e o Feminismo: o diálogo estreito. In: **Comunicação & Gênero: A aventura da pesquisa**. Ana Carolina D. Escosteguy (Org.) – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2005.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**. 2006, vol.11, n.3, pp.647-654.
- NAVARRO-SWAIN, T. Meu corpo é um útero? In: STEVES, Cristina. (Org.). **Maternidade e Feminismo – Diálogos Interdisciplinares**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.
- TEMER, A. C. R. P.; NERY, V. C. A. **Para Entender as Teorias da Comunicação**. Uberlândia: Appectus, 2004.